

Aos trabalhadores da saúde

É urgente defender o nosso posto de trabalho



Aproveitando a boleia da troika o governo prepara-se para tentar implementar a redução de trabalhadores nos diversos serviços de saúde em todo o país. Sabemos que dentro do objectivo de redução de 4.000 milhões de euros que o governo inventou, agora quer implementar mais corte nas funções sociais do estado, o sector da saúde é um dos mais visados não só para cortar, mas por ser uma área apetecível de negócio para o sector privado, tão “amigo” dos actuais governantes. Conjugando estes dois factores facilmente se percebe a avidez com que o governo se esforça para destruir o serviço público de saúde, o SNS.

Com o argumento de se estar a fazer “uma correcta identificação e avaliação dos recursos existentes, para que a nível regional exista um adequado planeamento e reafecção dos recursos humanos necessários ao funcionamento das unidades prestadoras de cuidados de saúde e respectivos serviços de suporte.” O governo produziu o, Despacho nº 9/2013 do Secretário de Estado da Saúde de 21 de Janeiro, dando orientações a **todos os serviços do Serviço Nacional de Saúde.**

E, para dar corpo a esta orientação definiu o prazo de 20 dias, após a sua publicação, para os diversos serviços de saúde fazerem o levantamento das necessidades que têm em termos de recursos humanos, ou seja, quem é “prescindível e quem é imprescindível.” (na prática quem querem mandar embora) **Esta situação inclui todos os profissionais de saúde e todas as formas de contratação, ninguém fica de fora.**

Temos assim que, numa altura em que cada vez mais a população e quem trabalha está mais pobre, mais precisa de

apoio incluindo cuidados de saúde e só pode recorrer aos serviços públicos, o governo continua na sua missão ideológica de destruição de uma das mais importantes funções sociais que o estado presta, a favor do mercado. **Reafirmamos, que o acesso a cuidados de saúde é um direito, e não é um negócio.**

Nessa tentativa de destruição apesar da falta generalizada de trabalhadores que existe na maioria dos serviços, da precarização que se verifica, da exploração feita através do recurso a trabalhadores desempregados (sem que se lhes garanta um posto de trabalho permanente, que é o que os serviços e estes trabalhadores efectivamente precisam), são encarados com um estorvo, o qual importa eliminar.

E são estes postos de trabalho (trabalhadores com vinculo publico ou privado) que com este Despacho o governo pretende eliminar. Se duvidas existirem, comprova-o as anunciadas listas de excedentes (prescindíveis) que os serviços já estão a produzir.

Fazem-no por mero clientelismo ou subserviência politica, visto que se até agora tinham falta de pessoal não se percebe como é que agora têm a mais, é a única explicação, pelo que não o fazem em defesa dos serviços nem das populações.

Despedem os que podem para se manterem no seu cargo independentemente das consequências para os serviços, trabalhadores e populações.

Não podemos nem vamos ceder, sindicaliza-te, ajuda a defender o que é teu, unidos somos mais fortes.

**Não aceitamos esta política,
nem aceitamos ser despedidos.**

Prescindível é o governo!

Continuaremos a defender o S.N.S.

Por outra politica, por outro governo.

Março 2013
A Direcção Nacional

federação nacional dos sindicatos dos trabalhadores em funções públicas e sociais

**TRABALHADORES DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**MANIFESTAÇÃO
NACIONAL**

**15 MARÇO 2013
15:00H - LISBOA**

DO MARQUÊS DE POMBAL PARA O MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**FIM AO ROUBO DOS SALÁRIOS,
PENSÕES E SUBSÍDIOS!**

CONTRA O AUMENTO DOS IMPOSTOS!

POR UMA NOVA POLÍTICA!

FORA COM ESTE GOVERNO!

federação nacional dos sindicatos dos trabalhadores em funções públicas e sociais